



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Secretaria Municipal de Finanças

Divisão de Cadastro Mercantil

EMPRESA FÁCIL

A Prefeitura de Teresina se moderniza e quem ganha é você.

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

CÓDIGO DE CONTROLE: 459191741

Validade: Enquanto for mantido o mesmo endereço e atividade.

INSCRIÇÃO: 0863386

Razão Social: **ASSOCIACAO PIAUIENSE DOS PRODUTORES DE SEMENTES E MUDAS**

Nome de Fantasia: **APSEM**

Endereço: **AVENIDA JOSE DOS SANTOS E SILVA, Nº: 1769 CENTRO**

Complemento: **SALA 308**

CEP: **64001300**

CIDADE : **TERESINA UF PI**

Inscr. (CNPJ): **01.300.261/0001-90**

Protocolo: **4493/2017-03**

Atividade(s):

9430-8/00-00 - ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

0161-0/03-00 - SERVICO DE PREPARACAO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA

9493-6/00-00 - ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS LIGADAS A CULTURA E A ARTE

9499-5/00-00 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Somente escritório: Não exerce atividade no local.

Licença(s):

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

Data Emissão: 14/03/2017

Código de Autenticidade: 161BE964ABAC5505

OBS: A validade deste Alvará de Funcionamento depende da quitação das taxas pertinentes e de serem mantidas atualizadas as Licenças Sanitária, Ambiental de Operação e do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros, no que couber, conforme prazos descritos no Anexo II do Decreto de nº 9.541/2009.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.